



**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos**

**Luciene de Lourdes Soares Telles**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA  
RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**Diamantina**  
**2024**

**Luciene de Lourdes Soares Telles**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA  
RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Direitos Humanos da Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito  
para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Ricardo de Oliveira Brasil Costa

**Diamantina**

**2024**

### Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

T274t TELLES, LUCIENE DE LOURDES SOARES TELLES  
2025 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA  
RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS [manuscrito] /  
LUCIENE DE LOURDES SOARES TELLES TELLES. -- Diamantina, 2025.  
27 p.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ricardo de Oliveira Brasil Costa.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)  
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,  
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos,  
Diamantina, 2025.

1. 5 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2. 6  
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. 3. 7  
OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. I.  
Costa, Ricardo de Oliveira Brasil. II. Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

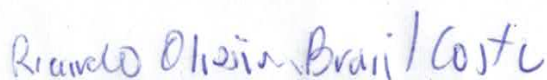
**Luciene de Lourdes Soares Telles**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientador(a): Ricardo de Oliveira Brasil Costa

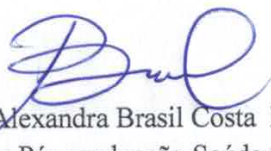
Data de aprovação 11/12/2024



Prof. Me. Ricardo de Oliveira Brasil Costa  
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade  
e Ambiente – UFVJM – Orientador(a)



Prof. Dr. Bernat Vinolas Prat  
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade  
e Ambiente – UFVJM



Profa. Alexandra Brasil Costa Freire  
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade  
e Ambiente – UFVJM

Aos alunos da educação municipal de São Gonçalo do Rio Preto, cuja presença  
me inspira a acreditar em um futuro mais justo e igualitário. Obrigada por me  
permitir fazer parte desse processo, vocês são a esperança de dias melhores e a  
razão de  
cada esforço.

## **AGRADECIMENTOS**

É com imensa alegria que expresso minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, a Deus, pela força e perseverança concedidas ao longo desta jornada, me capacitando a superar cada obstáculo com fé e determinação.

Às minhas filhas, Amanda e Renata, meus sinceros agradecimentos pelo amor incondicional e compreensão, por serem meu porto seguro nos momentos de desafio e por me incentivarem a seguir em frente.

À minha amada neta, Eliza, por trazer luz e alegria à minha vida, e por me lembrar da beleza que existe nos pequenos detalhes.

À minha querida amiga, Claudinha, por sua amizade e por compartilhar seus conhecimentos comigo, estando sempre presente, especialmente nos momentos mais turbulentos. Seu apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Aos meus colegas de turma, por todo o apoio, companheirismo e troca de experiências, agradeço pelas discussões enriquecedoras, pela colaboração mútua e por todos os momentos compartilhados, que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa.

E ao meu orientador, Professor Ricardo de Oliveira Brasil Costa, meu profundo respeito e admiração. Sua orientação sábia, seu incentivo constante e sua paciência inesgotável foram pilares essenciais para a concretização deste trabalho. Agradeço por compartilhar seus conhecimentos, por acreditar em meu potencial e por me guiar com maestria em cada etapa.

A cada um de vocês, meu muito obrigado!

Sonho com o dia em que a justiça correrá  
como água e a retidão como um  
caudaloso rio."  
(Martin Luther King)

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso analisa como a atuação do assistente social na política de educação básica contribui para a consolidação da Educação em Direitos Humanos (EDH). A pesquisa investiga as expressões da questão social que afetam o acesso e a permanência dos alunos na escola, destacando a relevância de práticas educacionais fundamentadas em valores como igualdade, diversidade, não discriminação, participação e cidadania. Por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise da legislação brasileira, são examinadas as ações e desafios da EDH no contexto escolar, considerando os obstáculos enfrentados para sua implementação e os caminhos possíveis para superá-los.

Além disso, o estudo reflete sobre o papel do assistente social na mediação de conflitos, no fortalecimento das políticas de inclusão e na promoção de práticas pedagógicas que respeitem a dignidade e os direitos dos estudantes.

Ao final, busca-se evidenciar a importância desse profissional na construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e humanizadora, comprometida com a efetivação dos direitos humanos no cotidiano escolar.

A pesquisa espera que seja possível evidenciar a importância do assistente social na Educação básica como elemento fundamental na EDH, através de uma atuação crítica frente a questão social e as diversas formas de violação aos direitos humanos, enfatizando a importância de educar para a cidadania e emancipação do cidadão.

**Palavras Chave:** Assistente Social, Direitos Humanos, Educação



## **ABSTRACT**

This course conclusion work analyzes how the role of social workers in basic education policy contributes to the consolidation of Human Rights Education (HRE). The research investigates the expressions of social issues that affect students' access and retention at school, highlighting the relevance of educational practices based on values such as equality, diversity, non-discrimination, participation and citizenship. Through a bibliographical review and an analysis of Brazilian legislation, the actions and challenges of EDH in the school context are examined, considering the obstacles faced in its implementation and the possible ways to overcome them. Furthermore, the study reflects on the role of the social worker in mediating conflicts, strengthening inclusion policies and promoting pedagogical practices that respect the dignity and rights of students.

In the end, we seek to highlight the importance of this professional in the construction of a more inclusive, equitable and humanizing education, committed to the implementation of human rights in everyday school life.

The research hopes that it will be possible to highlight the importance of social workers in basic education as a fundamental element in HRE, through critical action in the face of social issues and the various forms of violation of human rights, emphasizing the importance of educating for citizenship and emancipation of the citizen.

**Key words:** Social assistance, Human rights, Education.

## **LISTA DE SIGLAS**

**UFVJM** - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**BNCC**. Base Nacional Comum Curricular.

**CFESS**. Conselho Federal de Serviço

Social. **ECA**. Estatuto da Criança e do

Adolescente. **EDH**. Educação em Direitos

Humanos.

**PNEDH**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## SUMÁRIO

|                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                          | <b>12</b> |
| <b>2 OBJETIVO GERAL.....</b>                                      | <b>13</b> |
| <b>3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>                               | <b>13</b> |
| <b>4 METODOLOGIA.....</b>                                         | <b>13</b> |
| <b>5 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>   | <b>14</b> |
| <b>6 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....</b>       | <b>18</b> |
| <b>7 OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</b> | <b>22</b> |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                | <b>24</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                           | <b>25</b> |

## INTRODUÇÃO

A atuação do assistente social na Educação Básica está profundamente relacionada à promoção dos direitos humanos, sendo um campo de intervenção que busca garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, promovendo a equidade e o respeito às diversidades. Essa atuação se alinha diretamente com os princípios e "diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)".

O assistente social na Educação Básica atua para identificar e minimizar as barreiras sociais, econômicas e culturais que possam prejudicar o desenvolvimento educacional dos estudantes. Essa intervenção está em consonância com o PNEDH, que enfatiza a necessidade de garantir o acesso universal à educação de qualidade, promovendo a inclusão e a equidade.

Uma das responsabilidades do assistente social é assegurar que os direitos dos estudantes sejam respeitados dentro do ambiente escolar. Isso inclui combater a discriminação, o preconceito e qualquer forma de violência. O PNEDH tem como um de seus pilares a educação para a paz, o respeito às diversidades e a promoção de uma cultura de direitos humanos, objetivos que são diretamente perseguidos pela atuação dos assistentes sociais.

O assistente social atua como mediador em situações de conflito, promovendo o diálogo e a construção de soluções pacíficas e justas. Essa prática se alinha ao PNEDH ao incentivar a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar em uma sociedade plural e democrática.

O assistente social também trabalha na articulação entre a escola, as famílias e a comunidade, buscando integrar os diversos agentes sociais na promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e comprometida com os direitos humanos. Essa articulação é essencial para concretizar os objetivos do PNEDH, que defende a educação em direitos humanos como um processo coletivo e participativo.

A atuação do assistente social contribui para a formação continuada dos educadores sensibilizando-os e capacitando-os para lidarem com questões relacionadas aos direitos humanos dentro da escola. O PNEDH prevê a formação de educadores como um de seus eixos fundamentais, reforçando a importância de práticas pedagógicas que promovam a igualdade, a diversidade e a justiça social. Em resumo, a atuação do assistente social na Educação Básica está intrinsecamente ligada à educação em direitos humanos e se alinha perfeitamente com os objetivos e diretrizes do PNEDH. A presença desse profissional nas escolas é essencial para a construção de um ambiente educacional que respeite e promova os direitos humanos em todas as suas dimensões.

**OBJETIVO GERAL:**

O objetivo geral da pesquisa é identificar como a atuação do assistente social na política de educação básica contribui para a consolidação da Educação em Direitos Humanos (EDH), e analisar as expressões da questão social que repercutem no acesso e na permanência do aluno na educação.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Analisar a importância da educação em direitos humanos na escola.
- Refletir sobre as ações de educação em Direitos Humanos na escola, no que tange os temas, igualdade, diversidade, não discriminação, participação e cidadania, etc.
- Identificar os desafios da educação em direitos humanos, que precisam ser enfrentados na implementação da educação em direitos humanos.

**METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa, com uma abordagem de pesquisa bibliográfica. A pesquisa inicia-se com uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo livros clássicos e contemporâneos sobre educação em direitos humanos, a atuação do assistente social e políticas educacionais. Serão analisados autores que discutem a importância da inclusão, diversidade, não discriminação, participação e cidadania no contexto escolar. A análise de legislações brasileiras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96),

A pesquisa incluirá uma seção de análise crítica que discutirá as limitações das legislações e políticas atuais em relação à educação em direitos humanos. Com base nas evidências coletadas, serão identificadas lacunas e propostas de melhorias para a prática profissional e para as políticas públicas.

A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de construir uma base teórica sólida e aprofundada sobre a temática, permitindo uma compreensão mais ampla e complexa do papel do assistente social na educação básica.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço do conhecimento sobre a atuação do assistente social na educação básica, evidenciando sua importância como promotor da EDH e da formação cidadã. Os resultados obtidos poderão servir como subsídio para a elaboração de políticas públicas e para a qualificação da prática profissional dos assistentes sociais nesse campo.

## **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A atuação do assistente social tem se mantido em destaque na agenda profissional, torna-se cada vez mais central nos debates entre os profissionais, estudantes e pesquisadores do serviço social. Essa centralidade reflete a necessidade urgentes de estudos e pesquisas que investigam a organização e as dinâmicas e o trabalho do assistente social (Iamamoto, 2007) bem como as diferentes formas que essa atuação assume nos variados espaços ocupacionais e nas múltiplas atividades realizadas no cotidiano de instituições públicas e privadas.

O Assistente Social é um profissional que atua na realidade social e tem por premissa buscar viabilizar caminhos para a emancipação dos sujeitos para que de fato se construa e se identifique no papel de cidadão consciente de seus direitos e deveres e do seu papel na sociedade.(UNIASSELVI, 2013)

O objetivo maior do Assistente Social na educação é trabalhar em uma perspectiva para que o sujeito possa acessar os direitos garantidos pelo estado através de políticas públicas, preconizada na Constituição Federal de 1988, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e nas legislações que embasam o processo da oferta da educação formal, por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos da educação básica. Atuando no desvelamento dos fatores sociais que impactam o processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho do assistente social propõe contribuir na construção de uma educação pública de qualidade, que vise a preparação para o exercício pleno da cidadania, condições de adentrar e progredir no mercado de trabalho e continuidade formativa em estudos posteriores, como Cursos de nível superior e técnico. Enfim, o trabalho do assistente social na Educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que permeia o cotidiano do campo educacional. (CFESS,2012)

O diálogo entre os diferentes saberes, pedagogia, psicologia, serviço social e demais profissionais que atuam na educação devem compor uma nova rede de inter-relações integrando ações com o desafio da complexidade que a sociedade nos impõe.(EM FOCO,2008)

Na direção de tal propósito, pretendemos agir tendo na interdisciplinaridade o elemento norteador da prática profissional. A educação exerce uma importante função social, já que, é a base para a construção do indivíduo, enquanto um ser social. Logo, as expressões das questões sociais afetam diretamente as instituições de ensino por meio de seus alunos, sua família e a comunidade. O aluno ao ir para a escola não abandona em casa os problemas que afligem sua família, pelo contrário, é no ambiente escolar que os problemas são apresentados.

Neste contexto, o assistente social na educação pode contribuir para identificar os principais fatores sociais, culturais e econômicos que impactam o ambiente escolar. Devido a sua complexidade, muitos desses fatores demandam intervenções multifrofissionais, como no caso de situações como evasão escolar, baixo rendimento, atitudes e comportamentos agressivo, de riscos entre outros.”(CFESS,2001)

O cenário educacional demanda profissionais preparados tanto nas questões pedagógicas quanto frente às demandas sociais. Pois é um território repleto de contradições sociais, caracterizado por diversas situações que têm como causa a própria sociedade, esta produz e reproduz os conflitos que atingem diretamente o cotidiano escolar. (BARROSO, 2011) De acordo com Amaro (2011) corrobora é necessário a complementação de saberes já existentes para construir propostas de abordagem que sejam eficazes e efetivas em relação às demandas que surgirem, aliada ao reconhecimento da qualificação técnica do assistente social no âmbito educacional.

O Assistente Social tem no espaço escolar um importante campo para sua intervenção, podendo exercer sua função de forma estratégica e propositiva nas questões que afetam alunos, família e toda comunidade escolar, É importante ressaltar que:

De acordo com Almeida (2006), o trabalho do assistente social nas instituições educacionais, embora possua uma dimensão socioeducativa, distingue-se do trabalho dos educadores, Seu foco principal reside no fortalecimento das redes de sociabilidades, no acesso aos serviços e nos processos sócio institucionais que visam o reconhecimento e a ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. A autora destaca que a atuação do assistente social não se sobrepõe à de outros profissionais da educação, mas se completa, uma vez que a crescente interação entre as políticas educacionais e outras políticas sociais evidencia a necessidade de uma intervenção profissional específica e diferenciada daquela realizada pelos professores e demais profissionais da área.

Na perspectiva de ações que atendam de forma integral as necessidades do sujeito, o trabalho em rede é de suma importância, visto que seu objetivo é potencializar as ações. Em vista disso, Neves (2009) ressalta ser necessário e imprescindível o conhecimento da rede, uma vez que, esse conhecimento proporciona uma visão ampla das possibilidades de intervenção.

Segundo Neves (2009), a organização do atendimento social em um sistema de rede facilita a troca de informações, promove a conscientização coletiva e permite uma visão abrangente da situação. Essa visão inclui a identificação de recursos, potencialidades e outros fatores que contribuem para a efetividade das ações, o sucesso e o bom desempenho institucional no atendimento social.

Portanto, de acordo com Martins (2007), o papel educativo do Assistente Social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social, socializando informações que possibilitem a população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista do seus direitos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular(BNCC,2017) existem competências gerais de aprendizagem a serem utilizadas nas escolas de todo Brasil, ela é utilizada como documento norteador do processo de ensino na educação infantil e no ensino fundamental.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BNCC, 2017, p. 17)

Diante disso, fica evidente a necessidade de diferentes profissionais na educação básica, o assistente social, vem com o objetivo de garantir direitos mínimos para sobrevivência e dignidade das crianças bem como intervir nas expressões da questão social. (CFESS,2013)

A formação de educadores deve incorporar a perspectiva dos direitos humanos, e o assistente social é uma agente chave nesse processo. Através de oficinas, palestras e ações educativas, o assistente social pode contribuir ajudando os professores a reconhecer a diversidade, compreender a pluralidade cultural e social dos alunos, desenvolvendo habilidades sócio emocionais, promovendo o respeito, a empatia e a solidariedade entre eles, implantando práticas inclusivas criando um ambiente escolar que valorize a equidade e a justiça social.(CRESS-MG, 2023)

A atuação do assistente social na educação se justifica pela capacidade de articular políticas sociais que atendam às necessidades da comunidade escolar." (SOARES, 2017, p. 52), assim, o Serviço Social pode propor ações que promovam a igualdade e o respeito aos direitos.

Os assistentes sociais frequentemente se deparam com conflitos de interesse dentro do sistema educacional. As políticas educacionais muitas vezes priorizam aspectos administrativos e de controle, em detrimento de uma educação que promova os direitos humanos. Essa falta de alinhamento entre as diretrizes educacionais e os princípios dos direitos humanos pode levar à desvalorização das práticas propostas pelos assistentes sociais. (CFESS, 2001)

Faleiros (2011, p. 157) afirma que "o assistente social na educação deve atuar na defesa dos direitos humanos e na construção de uma escola democrática e emancipadora". reforçando o compromisso do assistente social com a promoção dos direitos humanos no



contexto educacional, mesmo diante de políticas que priorizem o controle e a administração.

Além disso, o assistente social atua de forma interventiva, buscando identificar as desigualdades sociais presentes no ambiente escolar e na comunidade, sua atuação visa promover a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A educação representa uma fração do mundo da vida dos grupos sociais (Brandão,2007,). Dessa forma, Pode-se afirmar que os desafios enfrentados nas escolas refletem o contexto familiar e social dos alunos.

A educação em direitos humanos é um componente essencial na formação de cidadãos que não apenas conhecem seus direitos, mas também compreendem suas responsabilidades dentro da sociedade, ou seja, serve como um instrumento poderoso para a promoção da consciência crítica e da participação ativa, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da justiça social. ( BACELLAR,2019)

Para Libâneo (2001) a educação compreende um conjunto de ações planejadas que têm possibilidade de intervir no desenvolvimento humano dos seus alunos e na sua relação com o meio em que vivem. Enquanto objeto de transformação da sociedade, a educação se concretiza principalmente na interação entre aluno e educadores, sendo assim pode se dizer que o processo de ensino aprendizagem se dá na rotina vivenciada dentro das escolas, e não somente no repasse de conteúdos que culminam em uma avaliação baseada em nota.

Para além dos conteúdos repassados isoladamente, existe a educação em direitos humanos, que é um processo que visa formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, promovendo uma cultura de paz, respeito e dignidade. Freire (2001), afirma que "educar em direitos humanos é um ato político que visa à emancipação do sujeito, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa", nesse sentido o assistente social atua como mediador, promovendo reflexões críticas sobre a realidade social e as relações de poder.

De acordo com Freire (2001), “ educar em direitos humanos é também educar para a cidadania, promovendo o diálogo e a reflexão crítica sobre as relações sociais “. Nesse contexto, a presença do assistente social se torna essencial para fomentar discussões sobre justiça social, equidade e respeito às diferenças.

Vale ressaltar que “Não se trata de uma mera disciplina na qual se estudam os direitos humanos, mas um aprendizado para os valores éticos coletivos [...]”Tosi (2005, p. 37), ou seja, a Educação em Direitos Humanos não se restringe a repassar conteúdos, mas sim articular os conteúdos com as vivências de cultura, família, governo, cidadania etc; contribuindo com a promoção da cultura da paz.

A escola atualmente pode estar mais preocupada em preparar os alunos para o mercado de trabalho do que em educá-los para a cidadania e para os direitos humanos. Essa realidade dificulta a construção de uma cultura de direitos humanos no ambiente educacional. A globalização hegemônica impacta a vida escolar, transformando a educação em um modelo de

mercadoria, o que torna essa abordagem ainda mais precária. (BRANDÃO, 2009)

Nesse cenário, a educação em direitos humanos se apresenta como uma proposta fundamental, pois busca conscientizar os indivíduos sobre seus direitos e deveres, rompendo com a cultura paternalista e promovendo o protagonismo dos sujeitos. É essencial que a educação não se limite apenas à formação de profissionais, mas também se comprometa a formar cidadãos conscientes e ativos em suas comunidades.

Sendo assim para Menezes *et. al.* (2024) “[...]a educação designa um processo amplo de compartilhamento de uma visão de mundo, o qual é feito por diversas instituições sociais ao inserir novos sujeitos na comunidade[...]”, a educação em direitos humanos prevê ações planejadas como objetivo de promover a dignidade humana sendo que este é o valor central na gênese da sua formação. (MENEZES *et. al.* 2024)

A promoção da educação em direitos humanos na escola é uma estratégia eficaz para desenvolver a cidadania ativa. Santos (2021) enfatiza que “a formação em direitos humanos deve estar presente no currículo escolar com a participação do assistente social, que pode oferecer uma abordagem prática e contextualizada”.

Em 2003 foi elaborado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que tem como objetivo, a propagação da EDH na educação formal (básica e superior), não formal, do sistema de justiça e segurança e da mídia, no PNEDH destaca que a EDH busca ao pleno desenvolvimento humano e suas potencialidades (Brasil, 2007).

Para Menezes *et. al.* (2024), não é possível construir uma cultura de Direitos Humanos sem o respeito às diferenças culturais e epistêmicas bem como às distintas necessidades e interesses sociais, para concretização a EDH, é importante refletir sobre seus objetivos e finalidade, executando estratégias para garantir a interação social com base na dignidade humana ampla.

A educação em direitos humanos é entendida como um processo contínuo de aprendizado que visa informar e sensibilizar indivíduos sobre seus direitos e deveres, fomentando uma cultura de respeito e proteção. De acordo com a Declaração Universal dos direitos humanos (1948), a educação deve promover a compreensão e a tolerância entre todas as pessoas, independentemente de sua origem ou condição.

A educação em direitos humanos é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao capacitar os indivíduos a reconhecerem e defenderem seus

direitos, essa educação não só transforma vidas, mas também contribui para a consolidação de uma cultura de paz e respeito.

[...] formação continuada dos/as profissionais da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e dos planos estaduais de Direitos Humanos, visando à difusão, em toda a comunidade escolar, de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade e a democracia participativa. (BRASIL, 2010, p. 162)

Ao lado do reconhecimento da existência de muitos desafios, há o entendimento de que eles precisam ser enfrentados coletivamente para a garantia de uma educação de qualidade social que possibilita a inclusão e permanência dos/as estudantes com resultados positivos no ambiente educacional e na sociedade quando assentada na perspectiva da EDH.

A educação em direitos humanos busca promover valores e práticas que respeitem a dignidade humana, a justiça e a equidade, segundo Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade e não de dominação, favorecendo a emancipação dos indivíduos.

Pode-se dizer que temos como princípios da educação em direitos humanos a Universalidade: todos têm direitos iguais, independentemente de sua condição social, raça ou gênero. Os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis, todos devem ter a oportunidade de participar ativamente na construção de sua realidade. ” (ONU, 1948)

A educação em direitos humanos é uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres." (BRASIL, 1988), a temática abrange o ensino sobre os direitos fundamentais que pertencem a todos os seres humanos, conforme estabelecido em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo Amnesty international (2015) “Educar os indivíduos sobre seus direitos é fundamental para capacitá-los a reivindicá-los e defender os direitos dos outros." Sendo assim, visa desenvolver uma compreensão profunda sobre questões de igualdade, dignidade e respeito, proporcionando aos indivíduos as ferramentas necessárias para reivindicar seus direitos e atuar em defesa dos direitos dos outros.

A educação em direitos humanos promove a capacidade de análise crítica dos indivíduos em relação às realidades sociais. Por meio de metodologias que incentivam a reflexão e o debate, como dinâmicas de grupo, discussões em sala de aula e estudos de caso, os educadores ajudam os alunos a questionar normas sociais e a identificar injustiças, isso é vital para formar cidadãos que aceitam passivamente as condições de desigualdade, mas que mobilizam para transformá-las.

Segundo Nussbaum(2010) , a educação em direitos humanos é essencial para formar cidadãos críticos, capazes de promover a justiça social e a equidade. A educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais na educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, estruturando-se na diversidade cultural e ambiental garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão a equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial entre outras e a qualidade da educação. A escola já é um espaço privilegiado de construção de conhecimento, a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais.

Os direitos humanos referem-se à garantia da dignidade dos seres humanos, englobando a liberdade em suas diversas formas e a igualdade de gênero, que deve ser promovida na educação e na formação do cidadão. Essa perspectiva é fundamental para as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (UNO, 1994.).

De acordo com a socióloga Maria Victoria Benevides (2000, p. 03), “[...] direitos humanos são aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral. ”

A escola como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos.

A educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.

## **OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Compreender os direitos humanos implica também reconhecer as experiências e as lutas de outras pessoas. A educação em direitos humanos incentiva a empatia, permitindo que os alunos se coloquem no lugar de outros, especialmente de grupos marginalizados e/ou vulneráveis. Ao estudar a história das violações de direitos e ouvir relatos de vida, os estudantes desenvolvem uma postura solidária, fundamental para a construção de comunidades coesas e justas. (BRASIL,2017)

A educação em direitos humanos ajuda na construção de uma identidade cidadã sólida, os indivíduos aprendem que, além de ter direitos, também possuem deveres para com a sociedade. Essa compreensão promove a ideia de que a cidadania é um compromisso ativo, envolvendo tanto a defesa de direitos próprios quanto o respeito pelos direitos dos outros, é especialmente importante em sociedades diversas, onde a convivência respeitosa é fundamental.(CRESS,2013)

Embora a educação em direitos humanos tenha um papel transformador, sua implementação enfrenta desafios significativos, como a resistência de algumas instituições e a falta de recursos. Contudo, há também oportunidades, como o uso de novas tecnologias para disseminar conhecimento e promover a educação à distância, alcançando comunidades que, de outra forma, não teriam acesso a essas informações. ( ALMEIDA, 2006)

A educação em direitos humanos não só capacita os indivíduos a reconhecerem e reivindicarem seus direitos, mas também os ensina a valorizar e respeitar os direitos dos outros, investir na educação em direitos humanos é essencial para promover uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, onde todos possam viver com dignidade e respeito. Ao preparar cidadãos para serem agentes de mudanças, a educação em direitos humanos contribui para a construção de um futuro melhor para todos. (CRESS,2013)

No entanto, essa implementação enfrenta uma série de desafios que podem comprometer sua eficácia. Um dos principais desafios é a falta de formação específica em direitos humanos para educadores. Muitas vezes, os profissionais não possuem uma compreensão aprofundada dos conceitos e princípios dos direitos humanos, o que limita sua capacidade de articular essas questões no ambiente escolar. A ausência de programas de formação continuada que abordem esses temas de forma crítica e prática dificulta a construção de uma cultura escolar que valorize os direitos humanos. (BARBOSA,2021)

A resistência cultural é outro obstáculo significativo, em diversas comunidades, a educação em direitos humanos pode ser vista como uma imposição externa, desconsiderando as especificidades locais e as tradições culturais. Esse fenômeno pode gerar conflitos e

desinteresse por parte da comunidade escolar, dificultando a aceitação e a efetividade das práticas educativas, Candau (2012, p. 23) defende que "a educação em direitos humanos precisa dialogar com a diversidade cultural, reconhecendo e valorizando os diferentes saberes e práticas culturais, sem cair no relativismo cultural que justifica violações de direitos".

A falta de recursos, tanto materiais quanto financeiros, é uma realidade que muitas escolas enfrentam. A escassez de materiais didáticos adequados e de infraestrutura apropriada para a implementação de atividades educativas limita as possibilidades de uma educação em direitos humanos eficaz, sem o suporte necessário, às iniciativas tendem a ser pontuais e desarticuladas. (ALMEIDA2006)

As condições socio-econômicas dos alunos influenciam diretamente a eficácia das práticas de educação em direitos humanos, estudantes que enfrentam situações de vulnerabilidades, como violência, discriminação e pobreza, podem ter dificuldades em se engajar nas atividades propostas. (BRASIL2017)

Essa realidade exige dos assistentes sociais uma abordagem sensível e adaptada às necessidades específicas de cada grupo, mas pode ser um desafio a ser enfrentado no cotidiano escolar.

Barroco (2009, p. 171) ressalta que "a educação em direitos humanos deve considerar as diferentes realidades e necessidades dos sujeitos, buscando a superação das desigualdades sociais e a promoção da justiça social".

A integração da educação em direitos humanos no currículo escolar é um desafio pedagógico complexo. A necessidade de articular essa temática em diferentes disciplinas e abordagens pedagógicas demanda um trabalho colaborativo entre os conteúdos, resultando em uma abordagem fragmentada que não favorece a compreensão holística dos direitos humanos. (SANTOS,2021)

Os desafios enfrentados para a implementação de práticas de educação em direitos humanos nas escolas são multifacetados e exigem uma abordagem crítica e inovadora. Para superar essas barreiras, é essencial promover a formação continuada dos profissionais, fomentar um diálogo aberto com a comunidade e garantir a alocação de recursos adequados. Apenas assim será possível construir uma cultura escolar que respeite e promova os direitos humano, Contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados. (ALMEIDA,2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do assistente social na educação básica se mostra cada vez mais fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, principalmente ao se articular com a educação em direitos humanos. Ao longo deste trabalho, evidenciou-se como esse profissional contribui para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social.

Para isso, ele identifica e enfrenta as barreiras que impedem a plena participação dos estudantes, como a pobreza, a discriminação, a violência e a falta de acesso a recursos básicos. Através de estratégias que mobilizam recursos e articulam redes de apoio, o assistente social busca atender às necessidades dos alunos e suas famílias, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

Além disso, o assistente social desempenha um papel fundamental na promoção da educação em direitos humanos, pois contribui para a construção de uma cultura de direitos humanos na escola, promovendo ações educativas e participativas que valorizem a diversidade, o respeito e a dignidade humana.

O trabalho do Assistente Social visa prevenir e combater violações de direitos humanos no ambiente escolar, como o bullying, a discriminação e a violência, criando um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para todos, para isso, ele estimula a participação da comunidade escolar na construção de um espaço educativo mais justo e democrático, onde todos se sintam respeitados e valorizados.

É importante reconhecer os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na educação básica, como a falta de recursos, a precarização do trabalho e a resistência a mudanças. Portanto, faz-se necessário a articulação entre os assistentes sociais e demais profissionais do âmbito educacional, para que a educação em direitos humanos seja efetivamente incorporada ao currículo e as práticas pedagógicas da escola.

O assistente social desempenha suas funções nas escolas por meio da intervenção e construção de uma educação de qualidade para todos, baseada nos princípios dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

Em suma, o assistente social na educação básica atua como um agente de transformação social, promovendo a inclusão, a igualdade e o respeito aos direitos humanos. A valorização e o reconhecimento da profissão do assistente social na educação básica são fundamentais para garantir a continuidade e o aprofundamento das ações voltadas para a promoção dos direitos humanos e a construção de uma escola mais justa e democrática.



## REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. C. **Cidadania e Direitos Humanos na Educação**. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- ALMEIDA, N. T. de et al. O serviço social e a educação. **Em Fardo**, Rio de Janeiro, n. 3, 2006.
- BACELLAR, A **educação no âmbito do político e de suas tramas**. Ponta Grossa, PR Atena Editora, 2019.
- BARBOSA, F. L. **Educação em Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Cortez, 2021.
- BARROSO, A. **Direitos Humanos e Educação: Uma Abordagem Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 1989.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 1. ed. 49. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, p. 11-24, jan./abr. 2012.
- FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FALEIROS, V. P. **Serviço social: métodos e técnicas de intervenção profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, M. **Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. M. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esquadrinhando a história**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.
- MENEZES, A. B. N. T. et al. Educação para uma cultura de Direitos Humanos: compartilhamento intersubjetivo de valores. **Educ. rev.**, v. 40, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698-35867?>>. Acesso em: set. 2024.

MEYER, M. **Direitos Humanos na Escola: Um caminho possível**. Brasília: Editora UnB, 2017.

MOURÃO, L. **Assistência Social e Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

NETTO, J. P. **Trabalho e educação na sociedade contemporânea**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

NUNES, L. Serviço Social e Educação em Direitos Humanos: Contribuições e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 68, p. 135-152, 2018.

NUSSBAUM, M. **Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <endereço do documento na internet>. Acesso em: [data de acesso].

PIRES, R. **Educação em Direitos Humanos: Uma Abordagem Crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PIZZIO, E. **Educação e Direitos Humanos: uma abordagem crítica**. São Paulo: Editora Moderna, 2015.

SANTOS, A. **Formação em direitos humanos no currículo escolar**. 1. ed. Brasília: Editora DEF, 2021.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTIAGO, E. F. **Educação e Direitos Humanos: A prática do assistente social nas escolas**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, M. **Educação e Direitos Humanos: Um Caminho para a Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

SOARES, E. D. et al. **Direitos Humanos e Educação: diálogos e práticas**. Brasília: Editora UnB, 2019.

UNESCO. **Relatório Mundial sobre Educação em Direitos Humanos**. Paris: UNESCO, 2014.

ALMEIDA, N. T. de et al. **O serviço social e a educação**. Em Fardo, Rio de Janeiro, n. 3, 2006.

